

## **ARTICULAÇÃO TERRITORIAL: CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL PELOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, UM ESTUDO TEÓRICO.**

Maria Regidiana da Conceição (1); Orientador: Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho (1)

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, [regidiana@hotmail.com](mailto:regidiana@hotmail.com). Universidade Federal do Semiárido, [jorge.filho@ufersa.ed.br](mailto:jorge.filho@ufersa.ed.br)*

### **Introdução**

Atualmente, diante de todas as transformações que vêm ocorrendo, principalmente humana, é notório que o estilo de vida do homem, nas últimas décadas, vem passando por múltiplas mudanças, e em contrapartida impactando diretamente nas estruturas do ambiente que o cerca, dessa forma, tentando adequar tais espaços às suas necessidades e exigências do próprio ser.

Ressalta-se que, quando se fala em impactos decorrentes dos resíduos sólidos, estes se estendem a todas as categorias, quer sejam os urbanos, da construção civil, comerciais, domésticos, saúde, dentre outros. Devido aos novos padrões de consumo, a produção de resíduos têm aumentado em escala de grande dimensão. Isso, compromete o meio, haja vista que o descarte inadequado tem produzido muitos passivos ambientais com potencial para colocar em risco e comprometer tantos os recursos naturais quanto a qualidade de vida dos seres atuais como também das futuras gerações.

Diante dessa preocupação, o presente estudo se caracteriza por ser um ensaio teórico que objetiva, analisar as principais vertentes de contaminação ambiental causadas pelos resíduos de serviços de saúde; como detalhar através da classificação os tipos de resíduos de saúde, desde sua geração à destinação final, diferenciando as formas adequadas para destinação final dos RSS, segundo legislações pertinentes, mostrando assim os principais riscos inerentes ao ambiente e à saúde.

A forma adequada de destinação final dos resíduos sólidos ainda não é consensual entre alguns técnicos do setor, e a prática, na maioria dos municípios, é a disposição final em “lixões”. Sendo primordial a seguinte problemática: Como se configura a articulação territorial para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde?

Diante do exposto, a pesquisa é relevante, pois justifica-se por ser um ensaio teórico que objetiva apresentar, à luz das literaturas existentes a definição, classificação e legislações pertinentes aos RSS, como forma de embasar as discussões sobre a temática em questão, haja

vista a sensibilização das pessoas para a qualidade de vida humana e ambiental.

Para tanto, fez-se uso do método analítico-descritivo, utilizando como estratégia metodológica o levantamento documental em obras de maior relevância sobre a temática abordada, e a partir deste, sendo feita uma análise descritiva como forma de alcançar os objetivos propostos. Dessa maneira, observa-se a necessidade de uma ampla divulgação, bem como discussão sobre as questões que norteiam a gestão dos resíduos de serviço de saúde visando à minimização dos impactos deles decorrentes.

## **Metodologia**

A referida pesquisa foi realizada através de pesquisa documental, que, segundo Gil (1991), difere da pesquisa bibliográfica em relação à natureza da fonte. O diferencial encontra-se no cunho de que na pesquisa bibliográfica, o material utilizado refere-se à contribuição de inúmeros autores a respeito de um assunto. Já a pesquisa documental emprega materiais que ainda não receberam tratamento analítico e/ou que ainda permitem reelaboração, conforme os objetivos da pesquisa (LAKATOS, 1999; GIL, 2002).

Diante disso, considerando-se que o objeto em estudo foi o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, optou-se pelos seguintes critérios de seleção: artigos científicos produzidos no quinquênio de 2012 a 2016; artigos cadastrados em base de dados de produção científica de relevância nacional. Optou-se pela seleção de legislações vigentes e artigos científicos na base de dados em site na internet, bibliotecas virtuais e biblioteca pública, considerando as bibliografias, legislações existentes e publicações científicas, relativas à pesquisa em análise. Os artigos foram coletados da Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, através do cruzamento das palavras-chave, Resíduos de Serviços de Saúde, Legislações e Impactos Ambientais. Através do filtro com a temática Resíduos de Serviços de Saúde, foram encontrados 69(sessenta e nove) artigos, publicados em língua portuguesa, no período de 2014 a 2016, sendo, 21(vinte e um) publicados no ano de 2012, 14(quatorze) no ano de 2013, 21(vinte e um) no ano de 2014, 7(sete) no ano de 2015 e 6(seis) no ano de 2016. Refinando a pesquisa para atender aos objetivos, com as palavras chaves e que faziam menção ao assunto em estudo e atendiam aos critérios de seleção, chegou-se a um total de 17(dezessete) artigos. Por fim, ao fazer a leitura desses artigos, foram selecionados da Revista LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), 02(dois) artigos que atendiam aos objetivos da pesquisa, da Medline (Literatura Internacional em Ciências da Saúde), foram selecionados 04(quatro) artigos, e por fim da Coleção SUS Brasil, foram selecionados

03(três) artigos. Chegando a um total de 10(dez) artigos referentes à temática. Além das legislações vigentes.

A presente pesquisa foi definida como sendo descritiva e exploratória, de natureza aplicada, para deliberarem os fatos em questão. Conforme Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Segundo Gil (2008), as pesquisas exploratórias visam adequar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo. Em relação à abordagem de classificação, a presente pesquisa possui natureza qualitativa, esse tipo de pesquisa estimula o pesquisador a refletir sobre o assunto em questão, uma vez que, segundo Pereira(2012), na pesquisa qualitativa, a análise dos acontecimentos não são contabilizados em números e os fenômenos são interpretados pelo investigador diretamente no ambiente de coleta de dados.

## **Resultados e discussão**

A teoria sobre dinâmicas e mecanismos de articulação e de coordenação territoriais ligados ao Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - GRSS é discutida com foco à legislação de GRSS. A relação entre discurso e prática dos representantes de órgãos públicos e de hospitais é apoiada pelos diagnósticos do GRSS.

De acordo com a NBR nº 12.808 *apud* Ferreira (2000), os resíduos hospitalares, também chamados de resíduos de serviços de saúde, são os resíduos produzidos pelas atividades de unidades de serviços de saúde, sejam hospitais, ambulatórios, postos de saúde, clínicas, entre outros. Incluem os resíduos infectantes (classe A) como biológicos, vacinas vencidas, sangue e hemoderivados, tecidos, órgãos, perfurocortantes, animais contaminados, fluídos orgânicos; os resíduos especiais (classe B), rejeito radioativo, resíduos farmacêuticos e resíduos químicos; e os resíduos comuns (classe C), das áreas administrativas, das limpezas de jardins, etc.

Conforme o Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (BRASIL, 2006) a classificação dos resíduos de serviço de saúde vem sofrendo um processo de evolução contínuo, à medida em que são introduzidos novos tipos de resíduos nas unidades de saúde e como resultado do conhecimento do comportamento destes perante o meio ambiente e a saúde, como forma de estabelecer uma gestão segura com base nos princípios da avaliação e gerenciamento dos riscos envolvidos na sua manipulação.

Logo, essa classificação pode obedecer a diversos sistemas, como o Sistema Alemão,

o Sistema da Organização Mundial de Saúde (OMS), Sistema Britânico, Sistema Environmental Protection Agency (EPA) – Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, Sistema da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), além da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

De acordo com cada grupo, os RSS devem ser acondicionados e destinados de forma adequada, para não causar danos ao ser humano e ao meio ambiente. E isso, foi reforçado dos trabalhos pesquisados no quinquênio de 2012 a 2016, onde, independente do ano de estudo e publicação, os autores mostraram a preocupação com a destinação desses resíduos.

A preocupação com a geração dos RSS, parte da problemática de que além de reunir um grande e variado número de portadores de doenças, o hospital gera um volume de resíduos que são considerados perigosos à saúde e ao meio ambiente, portanto, a implantação de ações que minimizem estes impactos é fundamental.

A realização de procedimentos, executados pela equipe de saúde nos usuários que buscam essa assistência, implica na produção de resíduos, que deve ser incluído no gerenciamento organizacional desses serviços. Ao normalizar e coordenar a cadeia de eventos que envolvem as atividades com os RSS, tal como acondicionamento, armazenamento, transporte e destino final, o hospital estará buscando o máximo de eficiência e de qualidade na assistência, com um mínimo de risco para os pacientes, os funcionários, os visitantes e para o meio ambiente, reforça Bezerra (1995), conforme determinação da Resolução nº 005, de 1993, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que ressalta a responsabilidade dos estabelecimentos de saúde, cabendo aos mesmos, o gerenciamento dos seus resíduos desde a geração até a disposição final.

É neste campo que entra as questões das articulações territoriais e governanças municipais, uma vez que, as Prefeituras Municipais são atores da governança territorial quando se unem, por intermédio, das chamadas estruturas de governança territorial, um dos meios é o consórcio intermunicipal público, como a concertação social, que preconiza o desenvolvimento, e a territorialização.

A título de parcerias, para minimizar os impactos dos RSS, são os Consórcios Intermunicipais Públicos – CIP, que são criados, entre outros motivos, para a descentralização político-administrativa da Federação, do Estado e do Município. Existem consórcios de forma privada que podem atender diversas necessidades da sociedade, onde cita-se os consórcios públicos, os quais formalizam a união entre municípios. Eles podem ter

diferentes formas de estruturação e ter diversas finalidades, mas o maior grau de consorciamento está na área da saúde.

Assim, a lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 (BRASIL, 2005) dispõe sobre os CIP a respeito da cooperação entre os diversos entes da federação, seus objetivos, atuação por contrato e protocolos de intenções. Esse consórcio tem personalidade jurídica de caráter público e suas ações são celebradas mediante a lei. Seus órgãos constitutivos devem estar sob o funcionamento de estatutos e seus entes consorciados conferem recursos mediante contrato de rateio.

O PGRSS contribui para o cumprimento do Pacto pela Saúde, principalmente pela parte do Pacto pela Gestão. A participação dos estabelecimentos de saúde apoia a gestão do trabalho dos Estados e dos Municípios. Esse apoio ocorre diante dos passos apresentados no Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde da ANVISA (BRASIL, 2006b, p. 67–86).

Diante da busca de territorializar a saúde para o Brasil o SUS permite delegar para os Estados e para os Municípios a gestão dos processos de trabalho. As divisões do Estado em Departamentos Regionais de Saúde é uma das estruturas de descentralizar a gestão da saúde do Governo Federal, contudo, são necessárias orientações locais do PGRSS como forma de “melhor adaptação às realidades regionais” (BRASIL, 2004, p. 7).

Foi nessa perspectiva que os artigos classificavam a importância do manuseio adequado, desde a segregação à destinação final dos RSS, tendo em vista, que a formação de parcerias seriam uma das formas viáveis de se pensar como fazer com esses resíduos que em comparação aos demais resíduos sólidos, são produzidos em menor escala, portanto seus impactos ambientais e na vida são mais complexos.

## **Conclusões**

Conforme pesquisa feitas, foi constatado que no Brasil existe uma Legislação Ambiental, bem desenvolvida, no tocante da situação de ser um país em desenvolvimento, que de acordo com Motta (2004) traduz uma crescente preocupação com o meio ambiente e a percepção de que o crescimento futuro dependerá das condições ecológicas preservadas.

Diante de tal informação, confirmou-se a preocupação nas dinâmicas territoriais, em relação à destinação dos Resíduos de Serviços de Saúde, reafirmando com a pesquisa teórica na base de dados na BVS, em que, pode-se perceber que o número de artigos publicas vem

decaindo, isso se deve a uma preocupação maior da própria população com esses dejetos. Muito embora, ainda exista, muitos estudos a serem desenvolvidos para um maior controle e proteção humana e ambiental.

Logo, tornou-se necessário conhecer as principais características, como também os riscos que envolvem desde a geração à destinação final dos RSS, haja vista que a minimização dos impactos, decorrentes da má gestão destes, será um fator positivo para uma melhor qualidade ambiental e, conseqüentemente melhor qualidade de vida, haja vista que ambas estão inter-relacionadas.

## Referências

BRASIL. **Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) da ANVISA nº 306 de 2004**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde. D.O.U., 141: 49-56, 2004. Disponível em: [http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/res0306\\_07\\_12\\_2004.pdf/95eac678-d441-4033-a5ab-f0276d56aaa6](http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/res0306_07_12_2004.pdf/95eac678-d441-4033-a5ab-f0276d56aaa6) Acesso em: 22 set. 2016. 22h

\_\_\_\_\_. **Resolução CONAMA nº 358/2005**. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, nº. 84, de 4 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=462>> Acesso em 20 set. 2017. 13h21min.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

REZENDE, L. R. Vulnerabilidade dos geradores de resíduos de saúde frente às Resoluções n. 358 Conama e RDC n. 306 Anvisa. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 588-597, out./dez. 2006.

BEZERRA, V. P. **Gerenciamento dos resíduos sólidos produzidos por serviços de um hospital-escola. Ações educativas**. Tese de mestrado em Enfermagem de Saúde Pública. Universidade Federal da Paraíba, 1995.

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FERREIRA, J.A. Resíduos Sólidos: Perspectivas Atuais. In: SISNINO, Cristina Lúcia Silveira & OLIVEIRA, Rosália Maria de. (orgs.). **Resíduos Sólidos, Ambiente e Saúde: uma visão multidisciplinar**. 3 Reimpressão. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz; 2000. 142p.

MOTTA, R. S. da. **Proposta de Tributação Ambiental na Reforma Tributária Brasileira**. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base%gestão/index.html>> Acesso em: 22 ago. 2017. 21h32min.